

# Discernir o crer cristão

DOMINGOS TERRA

Faculdade de Teologia (UCP) – Lisboa

A vivência da fé cristã é, em princípio, culturalmente situada<sup>1</sup>. Os traços dominantes dum determinado contexto não deixam de a influenciar. Levantam-lhe questões e impõem-lhe tarefas. É o que se passa com as nossas sociedades modernas, ao juntarem realidades culturais diversas e promoverem a afirmação intensa da individualidade. Apregoam valores díspares na condução da existência e defendem a liberdade das opções sem constrangimentos. Não espanta que quem nelas habita interiorize o pluralismo de referências e propostas que as caracteriza. É uma situação com consequências para a fé cristã. A possível confusão do espírito humano leva esta a preocupar-se com a clarificação da própria identidade. Pode misturar-se com realidades que lhe são estranhas. As formas concretas da fé cristã são passíveis de ambiguidade. Surge a necessidade de as submeter a um discernimento. O verbo ‘discernir’ tem dois significados ligados entre si: ‘ver ou conhecer distintamente’ e ‘estabelecer a diferença entre’. O primeiro su-

<sup>1</sup> Ao longo da nossa reflexão, tomamos a liberdade de usar tanto o substantivo ‘fé’ como o verbo ‘crer’. Designam a mesma realidade.

gere a destrição daquilo que nos interessa no seio duma realidade que se presume confusa. O segundo indica o delinear duma fronteira que separa dois campos. A conjugação destes dois significados ajuda a perceber em que consiste o referido discernimento. É uma tarefa que implica observar, meditar, dialogar. Alia determinação e paciência, rogando sempre a luz de Deus para conduzir o seu avanço.

A reflexão, que se segue, pretende mostrar como o discernimento se torna uma preocupação indissociável do crer cristão, no contexto das nossas sociedades modernas. Assim, começamos por referir o acentuar da dialéctica entre as dimensões individual e comunitária da fé, em virtude do reforço da primeira. Depois, vemos como a enunciação da fé no singular vem sendo compreendida e aceite pela Igreja. Notamos inclusivamente como se repensa o enquadramento da fé individual no âmbito desta. A seguir, apontamos a necessidade de deixar o crente exprimir-se na primeira pessoa, ao mesmo tempo que a comunidade eclesial verifica a verdade daquilo que ele vive. São dois procedimentos complementares. Por fim, esboçamos uma epistemologia do acto de crer. Explicamos como a sua verdade integra o ‘dado’ cristão objectivo e o modo de o viver no concreto. Enunciamos os parâmetros que permitem discernir esse acto, respeitando estas duas componentes.

## A afirmação do ‘eu’ crente

A fé cristã é uma realidade simultaneamente individual e comunitária. Transmitida pela Igreja através da história, deve ser assumida livremente por cada um. É de esperar que o contacto com a fé eclesial desemboque no acto individual de crer. A fé cristã vive, assim, da bipolaridade constituída pelo ‘eu’ crente e pelo ‘nós’ eclesial. O ser humano acede a ela, implicando-se neste último. Faz sua a vida do ‘nós’ e torna-se parte dele. Contudo, a singularidade crente não se dilui no tecido inter-humano da Igreja. O acto que se exprime na declaração ‘eu creio’ assume uma tonalidade particular. É precisamente dessa forma que tem valor eclesial. De facto, o rosto da Igreja tece-se na comunhão das decisões individuais da fé. Por sua vez, estas testemunham uma conversão ao modo de existência que a Igreja transmite. O ‘eu’ crente e o ‘nós’ eclesial devem, pois, coexistir numa relação equilibrada. Cada crente é devedor da comunidade eclesial; torna-se aquilo que é, em

virtude do contacto com o património da fé que esta traz consigo. A fé cristã é, primariamente, a fé da Igreja que vive. Pré-existe a toda a decisão individual no aqui e agora da história. É certo que ela não perdura independentemente dos actos expressos na afirmação ‘eu creio’. Mas também não se funda neles; nem sequer é o seu somatório<sup>2</sup>. Tornar-se crente significa abraçar a fé que a Igreja dá a conhecer. Trata-se, antes de mais, de acolher uma realidade posta à consideração da liberdade individual.

Ora, a tendência para a afirmação intensa da individualidade, que se verifica nas nossas sociedades modernas, altera a relação entre o ‘eu’ e o ‘nós’ da fé. O primeiro apresenta-se como verdadeiro sujeito face ao segundo. Já não basta dizer que o ‘eu’ bebe o seu ser do ‘nós’. Existe uma verdadeira estética do acolhimento do que é da Igreja. O trânsito da fé do âmbito eclesial para o terreno individual não é puramente descendente. Dá-se, de certo modo, uma ascensão daquele para este. Não se deve esquecer que a fé é moldada em função da estrutura humana de cada um. Nem se podem ignorar as vicissitudes que obrigam a vivê-la de forma acidentada. O ‘eu’ crente já não deriva do ‘nós’ eclesial sem mais. Adquire uma morfologia própria que o destaca deste. De facto, muitos crentes têm dificuldade em experimentar a sintonia entre vivência e eclesialidade. Vêm-nas frequentemente em conflito. A fé individual é percebida cada vez menos na sua relação à comunidade eclesial. Torna-se pouco claro que ela seja necessariamente sustentada pela fé da Igreja. Sente-se uma não-identidade entre ser crente e viver em Igreja. Com a tendência a considerar a vivência individual da fé como o verdadeiro cristianismo, parece difícil identificar este com a eclesialidade. Acha-se que esta deixou de ser um cristianismo autêntico. Há crentes com dificuldade de experimentar a Igreja como o seu espaço vital. Mesmo sem cortar inteiramente a ligação com ela, procuram enquadramentos alternativos de experiência. Pode encarar-se a Igreja como uma realidade que faz frente ao crente individual, limitando-o e incomodando-o com as suas exigências. É comum a dificuldade de aceitar tudo o que a Igreja ensina e ordena. Pode perder-se até o sentido do face a face entre o ‘eu’ e o ‘nós’ da fé, pondo em causa o enquadramento eclesial<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Joseph Doré, «La responsabilité et les tâches de la théologie», in Joseph Doré (dir.), *Introduction à l'étude de la théologie*, t. II, Paris, Desclée, 1992, p. 370.

<sup>3</sup> Hans Waldenfels, *Manuel de théologie fondamentale*, trad. Olivier Depré, Paris, Les Éditions du Cerf, 1997, pp. 529-530.

A extensão do desfasamento das vivências individuais da fé em relação à Igreja tem levado esta a rever a leitura que dele faz. Admite que a ideia de não-identidade não será a mais adequada para o designar. Prefere falar duma identificação parcial do ‘eu’ da fé com o ‘nós’ eclesial. A Igreja assume, assim, um olhar mais positivo relativamente à dificuldade de integração de muitos crentes neste último. Abre também a perspectiva duma pedagogia de identificação com ela, sem retirar espaço de respiração ao posicionamento individual no seu seio<sup>4</sup>.

## Diversificação do acto de crer

### As modalidades do ‘eu creio’

A crescente individualização da vida crente, assim como a sua diferenciação face à fé eclesial, suscitam a questão da identidade cristã. No tempo em que o ‘eu’ crente não se destacava tanto da vida da Igreja, oferecia menos dificuldade localizar o ‘ser cristão’. Este apresentava-se como um universo compacto e de contornos nítidos. Distinguia-se melhor daquilo que lhe era estranho. É evidente que a actual diversificação das vivências individuais da fé introduz complexidade no discernimento da identidade cristã. Os crentes sentem-se mais livres na condução dos seus percursos. Não admira que alguns se interroguem sobre a identidade cristã, ao mesmo tempo que procuram viver com seriedade aquilo que são. Talvez a imagem ainda como algo que é possível objectivar inteiramente diante dum sujeito observador. Porventura não se dão conta de que estão a querer operar uma distinção completa entre os sujeitos crentes e a fé em si mesma. Ora, estes são momento interior da caracterização da fé cristã. Não se pode defini-la, passando ao lado das suas vivências concretas. Importa ouvir o que os crentes dizem daquilo que eles próprios vivem. A pergunta pela identidade cristã requer que se olhe, então, para as múltiplas morfologias do acto de crer. Essa identidade nunca existe enquanto absolutamente diferenciada de cada sujeito que lhe dá corpo. Precisamos, assim, de afinar o significado da palavra ‘cristão’:

<sup>4</sup> *Ibidem*, pp. 530-531.

‘Cristão’ é um adjectivo. Apenas existem, quão diversos, homens e mulheres ‘cristãos’. À questão posta por este ou por aquele, convém (não sendo possível dar uma resposta precisa: que será para ele tornar-se cristão?) pelo menos interrogarmo-nos: que sentido terá para ele, tendo em conta tudo aquilo que é, o facto de se tornar cristão? É uma exigência de realismo e de respeito<sup>5</sup>.

O acentuar da liberdade individual na condução da própria existência altera a relação de equilíbrio entre herança e decisão no viver da fé. Esta sempre foi e continua a ser mistura de recepção e construção. Acolhe-se a fé cristã comunicada por outros, ao mesmo tempo que se lhe dá uma nova configuração. Mas hoje esta segunda vertente apresenta-se com mais força. A identidade cristã é algo que se torna menos herdado e mais construído<sup>6</sup>. Convém ter presente que receber e recriar não constituem aqui duas etapas sucessivas. São dois momentos que se interpenetram num único acto. Acolher a fé é já conferir-lhe uma forma particular. Ela tem de se inscrever num universo individual, isto é, num terreno humano feito de percurso passado, estrutura psicológica e condicionalismos exteriores. Os próprios testemunhos da fé revelam quão individualizados são os modos de a acolher. Há neles verdadeira construção desde o início. Não é possível distinguir claramente entre chegar ao contacto com a fé, fazer a sua apreciação e finalmente aderir a ela. O elenco destas acções serve como exercício de reflexão; mas não retrata com fidelidade aquilo que se passa na prática. Tornar-se crente é um salto qualitativo na existência que implica o ser humano como um todo. Ocorre a um nível em que a diversidade das actividades se resolve na unidade do próprio ser. De facto, compreende-se que o simples contacto com a fé cristã comporte já uma apreciação, pelo menos intuitiva, desta. De igual modo, não é de excluir que esse contacto provoque desde logo um movimento do coração humano. A interpenetração destas acções pode não ser perceptível no acesso à fé. Mas não será difícil intuir que todas as faculdades humanas se vêem implicadas desde o primeiríssimo instante do contacto com ela. O acesso à fé é um único movimento que reveste forma activa. Percebe-se, assim, o sentido da palavra ‘apropriação’ quando aplicada neste contexto. Apropriar significa ‘fazer seu’: uma expressão que comunica a ideia de actividade e também de individualidade. É-se crente

<sup>5</sup> Joseph Thomas, «Être chrétien», in AA.VV., *Croire aujourd'hui. Risque et plaisir*, Col. Cahiers pour croire aujourd'hui, Paris, Assas Éditions, 1994, p. 113.

<sup>6</sup> *Croire aujourd'hui*, n.º 204, 15-31 de Janeiro de 2006, p. 13.

porque se abraça, duma forma particular, a fé cristã. Dá-se uma espécie de cumplicidade entre o ser humano concreto e a fé que vem ao seu encontro. Digamos que cada um a recebe do modo que lhe é existencialmente possível. A fé cristã é hoje acolhida de forma mais subjectiva. Não admira, pois, que a sua fisionomia dependa das múltiplas individualizações por que passa.

### O problema do ‘crer juntos’

Perante a diversificação das vivências da fé, importa perguntar sobre as novas condições do convívio eclesial. Trata-se duma questão pertinente pelo facto de a bipolaridade, já referida, entre o ‘eu’ crente e o ‘nós’ eclesial ser constitutiva da fé cristã. O comportamento mais individualizado do primeiro termo deste binómio terá consequências no funcionamento do segundo. É óbvio que a configuração do ‘nós’ eclesial depende da teia de relações entre os diversos ‘eu’ crentes. A reivindicação de maior liberdade individual leva-os a diferenciarem-se mais uns dos outros. Pode conduzir também a maior distância entre eles, diminuindo a sua co-presença no âmbito eclesial. A este declínio da familiaridade física pode juntar-se até o afastamento psicológico. Não se deve ignorar que a menor frequência de espaços e ocasiões comuns e a menor comunhão de ideias são capazes de se repercutirem espiritualmente nos próprios crentes. Convém estar atento ao que parece ser o ciclo de auto-reforço da individualização da fé. O hábito de se afastar das directivas e práticas eclesiais só vem alimentar a tendência para os percursos independentes. Importa, pois, evitar que esta provoque a desagregação do tecido inter-humano formado por todos os que vivem a fé. Os crentes devem integrar-se num processo de reconhecimento mútuo, que os faça ter presente o parentesco que os une. Ora, uma vez que a tendência para a individualização da fé parece prolongar-se, é preciso pensar de novo o que assegura o carácter gregário da realidade eclesial: «Como articular os crer individuais e um crer colectivo, em que aqueles não se fundam, mas devam coexistir na sua diversidade e eventualmente na sua contradição?»<sup>7</sup>

A ligação da fé individual ao âmbito eclesial ajuda-a a evitar possíveis desvios. A verdade da fé cristã vive precisamente dos dois pólos dessa relação. Por um lado, não se confunde com as opiniões de cada crente, que po-

<sup>7</sup> Jean Joncheray, «Les institutions de la mémoire croyante», in Pierre-Marie Beaude, Jacques Fantino (dir.), *Le christianisme dans la société. Actes du colloque international de Metz (mai 1995)*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1998, p. 133, citando Patrick Michel, *Politique et religion. La grande mutation*, Albin Michel, 1994, p. 126.

dem até padecer de subjectivismo. Não se extrai sequer do seu somatório. Por outro lado, a verdade da fé não se esgota nos aspectos da vida da Igreja que são facilmente objectiváveis. Transcende tanto a experiência como a eclesialidade; associa vivência subjectiva e facto objectivo. É preciso «articular indissolúvelmente ‘a interioridade da fé’ e ‘a autoridade do dogma’, mesmo que estes dois elementos pareçam incompatíveis»<sup>8</sup>. Não se deve, pois, querer definir os contornos da fé cristã com precisão matemática. Não é possível traçar-lhe claramente um perímetro que a distinga de realidades que lhe são estranhas. Afinal, a fé comporta a dimensão do mistério. Vai para além do visível e descritível. Nas profundezas da vivência crente, a palavra modera-se, o olhar espreita, o coração espera a luz que o faça avançar para novas paragens. A fé avança aí segundo um ritmo que não pode ser determinado pelo próprio crente. Tem-se a impressão de entrar num campo onde é sobretudo o transcendente quem dita as regras. É também possível que, no desempenho da vida eclesial, se perceba como certas objectivações da fé dão testemunho duma realidade maior. Aludem a algo que vai para além delas mesmas. Contudo, não é por ser difícil precisar os contornos da fé cristã que se desiste de estabelecer a sua identidade. Tem de se continuar a perguntar em que ela consiste, onde se detecta, que efeitos provoca. É preciso descobrir um novo caminho para a identificação da fé cristã, já que não pode ser pelo estabelecimento dum perímetro. A verdade da fé tem de assentar numa ‘coluna vertebral’ que lhe dê robustez identitária e, ao mesmo tempo, maleabilidade de pluralização. Devem procurar-se os traços fundamentais da fé cristã, que, conjugados entre si, permitem o seu desenvolvimento autêntico e fornecem uma grelha de leitura das suas múltiplas manifestações. Consegue-se, assim, uma base de reconhecimento aberta às suas fisionomias concretas, díspares e mesmo surpreendentes. Com este modo de averiguar a verdade da fé, não se tem medo de lidar com as ambiguidades da sua prática. Não se tenta protegê-la de formas menos evidentes, possibilitadas pela sua inscrição nos terrenos humanos mais diversificados. Isto não significa pactuar com o que possa haver de equívoco nas manifestações concretas da fé. Quer-se, pelo contrário, situar estas no âmbito da eclesialidade, precisamente porque, sendo mais difícil, se torna mais necessário.

É preciso repensar o modo como a fé individual se enquadra no ‘nós’ eclesial, a partir do momento em que se torna mais construída que her-

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 143.

dada. Crescendo a liberdade do 'eu' crente relativamente à comunidade eclesial, terá de mudar a atitude desta perante ele. De facto, não se deve interpretar a relação entre o 'eu' crente e o 'nós' eclesial segundo um jogo de forças aritmético. Não seria correcto considerar que ao maior peso do primeiro corresponde uma menor importância do segundo. A tendência cultural dos nossos dias para um maior controlo subjectivo da realidade com que se lida não traz necessariamente consequências negativas para a dimensão da eclesialidade. É certo que o reforço da afirmação do 'eu' em matéria de fé tem riscos. Mas não convém cair demasiado depressa numa avaliação moral desta tendência. Começar por descrever a situação em que a fé cristã se encontra nas nossas sociedades modernas revela-se mais produtivo. Deve encarar-se a nova fisionomia da fé, que daí resulta, na perspectiva dos sinais dos tempos. Se o maior peso do 'eu' crente face ao 'nós' eclesial põe problemas, também traz novos desafios. A responsabilidade do 'nós' não diminui face àquele; apenas se altera. É de prever até que seja agora maior que noutros tempos. Quando o comportamento do 'eu' era mais previsível em matéria de fé, a comunidade eclesial tinha a sua tarefa facilitada. Podia ficar-se por procedimentos mais ou menos automáticos. A maior independência do 'eu' crente, assim como a morfologia provavelmente irregular do seu percurso, obrigam a Igreja a pensar melhor a sua acção. Pode não tratar-se apenas duma nova atitude face às múltiplas versões da fé individual. É possível que a Igreja chegue mesmo a rever a imagem que tem de si própria. Novos procedimentos, sobretudo quando são de carácter estrutural, tendem a implicar uma nova forma de ser.

Espera-se que a Igreja não se examine apenas por força das circunstâncias, mas com a vontade de seguir a indicação que Deus faculta por dentro das alterações da história. Convém que se disponha a aprofundar e renovar a compreensão de si mesma, como uma exigência de fidelidade à sua missão. Esta evolução está longe de ser uma subversão daquilo que a Igreja é. Consiste, antes, no despertar para algum aspecto que sempre lhe foi próprio, mas não teve ocasião de se evidenciar em situações históricas anteriores. A Igreja tem já em si um potencial de resposta às novas necessidades. Agora, precisa de se configurar como a 'casa comum', que não só dá espaço para maior diversidade de percursos individuais, mas também lhes confere o enquadramento identitário. O 'eu' crente quer mover-se com mais liberdade na busca de Deus, assim como na construção da própria existência. Compete à Igreja permitir-lhe isso, ao mesmo tempo que lhe oferece a bússola



que o ajude a não incorrer em ideias e práticas alheias à fé cristã. É neste sentido que a reflexão sociológica sugere à Igreja uma nova compreensão de si própria. Considera que ela não deve ser duma solidez compacta que relegue a singularidade dos percursos da fé para o plano secundário. Há que vê-la como «um agrupamento humano que funciona por referência»<sup>9</sup>: permite múltiplos posicionamentos do ‘eu’ crente em relação ao património colectivo da fé cristã.

## A aferição do acto de crer

### Escutar a enunciação individual da fé

O crente procura o seu jeito de viver o que a Igreja proclama. Gosta de controlar os tempos e os modos do seu próprio percurso. É preciso contar também com os condicionalismos que influem inconscientemente na forma como o conduz. Tudo o que contribui para a singularidade de cada crente tende a ser valorizado hoje como positivo; este considera-a como um direito. Mas relacionar-se duma forma particular com a fé da Igreja não tem que implicar necessariamente marcação de distância em relação a ela. O crente, que atingiu uma certa maturidade, não se concebe como o outro da realidade eclesial. Não se define pela negativa face a ela. Considera a Igreja como coisa sua, ainda que dê a este pronome possessivo uma coloração muito própria. Não quer dizer que haja sentido de propriedade sobre a realidade eclesial, ao ponto de eliminar a alteridade que esta representa face ao crente individual. Pode significar apenas a vontade de abordar essa realidade de maneira vincadamente particular. O crente quer-se implicado na Igreja, mas dum modo que lhe pareça mais conveniente. Não rompe a ligação a ela, mas procura desenhá-la de acordo com os seus desejos. A objectividade eclesial vê, assim, o seu peso diminuído face a uma atitude marcadamente subjectiva. Na verdade, o facto de a fé individual ser agora mais construída que no passado significa que a sua ligação à realidade eclesial também o é. A fé proclamada pela Igreja vê-se submetida ao molde dum acto individual bastante condicionado pelo campo da sensibilidade. É uma tendência que se nota, muitas vezes, no modo como se dá conta da própria fé. «O crer contemporâneo já

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 142.

não se enuncia sob a forma de ‘eu creio nisto ou eu creio naquilo’, mas sob a forma de ‘eu creio que’, com tudo o que há nesta formulação de dúvida e de decisão»<sup>10</sup>. Percebe-se que a actividade de crer é mais circunscrita na primeira fórmula do que na segunda. As palavras ‘nisto’ ou ‘naquilo’ aludem ao objecto explícito do crer. Este está claramente orientado e, como tal, delimitado. Na segunda fórmula, o objecto do crer está ainda em processo de definição. O pronome integrante ‘que’ é apenas o início da explicitação desse objecto. São necessárias mais palavras para o indicar, em comparação com o que se passa na primeira fórmula. O objecto do crer não aparece totalmente feito para ser simplesmente acolhido. Não há distinção absoluta entre dois momentos: apresentação da fé eclesial primeiro, recepção individual depois. O objecto do crer é construído à medida que é acolhido e consequentemente vivido.

A partir do momento em que o crer é fortemente marcado pela subjectividade de cada um, torna-se mais difícil averiguar a sua existência. Quando ele era tido como uma espécie de produto acabado, apresentado pela Igreja à adesão individual, percebiam-se-lhe facilmente os contornos. Estava mais à vista de todos. Podia-se pôr a fé cristã em números, percentagens e gráficos. Mostrava o que valia quantitativamente no conjunto da sociedade. Note-se que ela foi desde sempre conjugação de dado exterior e implicação interior. Mas esta segunda componente parecia intervir menos no ser da própria fé. Era tida essencialmente como o cumprimento daquilo a que se aderira. Por isso, não se esperava que a fé cristã sofresse modificação ao ser acolhida por cada um; era aceite e praticada. Supunha-se, assim, facilmente objectivável. Para saber onde estava a fé cristã no tecido inter-humano da sociedade, bastava olhar para a sua prática ritual. Pela expressão numérica desta, ver-se-ia a sua pujança. Ora, a articulação de dado exterior e implicação interior na vida crente alterou-se. Aderir à fé, que a Igreja dá a conhecer, já não é apenas pô-la em prática. Antes disso, consiste em interiorizá-la de acordo com a estrutura humana de cada um. A experiência individual tornou-se mais vincadamente momento da fé cristã. Esta já não é, pois, facilmente medível. Não aparece tão claramente exposta ao olhar dum observador externo; é menos coisificada. Hoje a fé individual vai bastante para além das suas práticas. Estabelecer os seus contornos afigura-se mais complexo, uma vez que se deve ter em conta o espaço da interiori-

<sup>10</sup> Jean-Marie Donégani, «L'individu et ses credos», *Projet*, nº 240, hiver 1994-1995, p. 55.

dade. Este difunde-se até às profundezas humanas difíceis de sondar. Não se chega aí a partir de fora. Revela-se inadequado aquele procedimento que, sendo «mais objectivo e morfológico que subjectivo e psicológico», «confiava deliberadamente a palavra mais ao observador que ao observado»<sup>11</sup>. Doravante, só se pode averiguar a vivência da fé cristã pondo cada crente a falar do que vai dentro de si. Tal não significa que o papel do observador externo seja eliminado. Quer dizer que este não terá acesso directo ao que quer detectar: apenas por intermédio do próprio crente que fala na primeira pessoa. Só este poderá perceber e verbalizar com mais profundidade aquilo que vive. É provável que mesmo ele sinta alguma dificuldade neste exercício, dado que a experiência da fé recusa-se a caber naquilo que dela é consciencializado.

Importa prestar atenção ao tecido das palavras com que o crente dá conta da própria fé. De facto, para examinar a vivência desta, não basta passar da observação objectiva para a escuta do enunciar subjectivo. É preciso interpretar o discurso produzido por aqueles que falam da sua fé. As palavras que eles pronunciam vêm imbuídas do universo existencial donde brotam. Por isso mesmo, o vocabulário da fé nunca é inteiramente impessoal. Este é produzido no âmbito eclesial. Mas seria ilusório pensar que a linguagem da Igreja tem o mesmo eco em todos os crentes. Não se põe, aqui, em causa o sentido objectivo do vocabulário da fé. Se dependesse unicamente da opinião de cada um, correria o risco de se perverter. Mas é no convívio das múltiplas vivências da fé que esse sentido objectivo se realiza. A partir do momento em que ela é apropriada individualmente, a sua prática aparece como ponto de confluência entre o objectivo e o subjectivo. O significado das palavras usadas na expressão individual da fé brota dessa confluência. Convém, pois, evitar juízos apressados sobre o modo como cada um exprime a fé cristã. É preciso ouvir as suas palavras tendo como pano de fundo a carne da própria existência. O vocabulário da fé vem revestido da condição humana de cada um. Traz consigo uma problemática e uma visão existencialmente situadas. É de prever que as palavras habitualmente pronunciadas nos testemunhos individuais da fé não tenham um significado unívoco. Sendo exteriorização do que é vivido, estão carregadas de conotação. Desta forma, para apreciar a expressão individual da fé, é

<sup>11</sup> Jean-Marie Donégani, «L'appartenance au catholicisme français. Point de vue sociologique», *Revue française de science politique* 34 (1984), p. 205.

preciso ouvir por detrás do que é dito; importa perceber também os silêncios. Aquilo que o crente está a comunicar pode não coincidir com a primeira impressão que o seu vocabulário dá<sup>12</sup>. Ser crente é o resultado do encontro entre uma busca pessoal e uma oferta que chega do exterior. Por um lado, o ser humano procura construir uma identidade por entre as situações e experiências que compõem e configuram a existência. Trata-se dum percurso de descoberta de si próprio, de atribuição de sentido ao que acontece e de formulação de propósitos para a vida. Por outro lado, Deus, ao dar-se a conhecer, oferece um caminho de construção de tal identidade. A sua interpelação leva a reler a história pessoal e a atribuir um novo sentido à existência. Deus responde, assim, àquela interrogação de fundo que motiva toda a busca pessoal. Não distrai dos aspectos que fazem parte da vida de qualquer ser humano: sucessos e fracassos, certezas e dúvidas, avanços e crises. A fé cristã permite um novo olhar sobre tudo isso, sem reduzir nem distorcer. Ser crente é ler a trama da própria existência à luz da palavra pronunciada pelo Deus que se manifesta. Esta introduz na vida um novo horizonte. Permite elaborar uma narrativa que confere unidade e sentido ao percurso individual. Assim se desenvolve a «intriga da existência crente», através de tudo aquilo por que esta vai passando<sup>13</sup>.

### Proceder à verificação eclesial

A partir do momento em que a busca individual de identidade se abre à proposta da fé cristã, compreende-se que esta seja vivida com uma tonalidade particular. É de esperar que a existência crente assuma a espessura das inquietações profundas de cada um. A Igreja é exortada a não impor a todos uma fé inteiramente concebida de antemão. Contudo, o respeito da diversidade dos percursos crentes precisa de ser complementado por um processo de sentido inverso. Juntamente com a escuta e o acolhimento das vivências individuais da fé, deve fazer-se um discernimento eclesial. Conjugua-se, assim, a abertura à livre acção do Espírito com a verificação da sua autenticidade<sup>14</sup>. Quanto mais diferenciados forem os rostos individuais da fé, tanto mais necessário será submetê-los a um discernimento. Percebe-se

<sup>12</sup> Hubert Herbreteau, *La confirmation*, Col. Tout simplement, Paris, Les Éditions de l'Atelier/ Les Éditions Ouvrières, 2001, p. 61.

<sup>13</sup> P. Bühler, «La identidad cristiana. Entre objetividad y subjetividad», *Concilium*, 216, (1988), pp. 187-188.

<sup>14</sup> *I Tes* 5, 19-21.

que este se torne uma das principais tarefas da Igreja, quando a fé tem de ser vivida no seio da atmosfera cultural da afirmação intensa da individualidade, difundida nas nossas sociedades modernas.

Conjugar a abertura à singularidade crente e a verificação eclesial da sua verdade está de acordo com uma sabedoria que não é exclusiva da Igreja. Revela a compreensão de como se constrói toda a identidade individual. O processo de se fazer cristão é encarado como um modo de estruturação da pessoa. De facto, duas condições são requeridas para que o ser humano se construa. Primeiro, é preciso estar integrado numa colectividade. Aquilo que se é depende duma pertença. O ser humano só cresce enquanto historicamente situado. Depois, é necessário poder pronunciar-se na primeira pessoa. Os outros devem mostrar-se disponíveis para escutar a palavra que assim surge. Espera-se que seja inteligível pelos que integram a pertença comum, mas marcada pela carne da existência singular donde brota. Vê-se, pois, que identidade individual e situação histórica vão juntos. É precisamente este o raciocínio que podemos aplicar ao âmbito da Igreja. Fazer-se crente requer a filiação no espaço da fé. Implica situar-se na comunidade dos que a vivem e proclamam. Mas exige também a possibilidade de dizer a fé na primeira pessoa. A comunidade eclesial deve atender a esta dupla necessidade: escutar primeiro, para verificar depois<sup>15</sup>.

Convém ter presente que a verificação dos percursos individuais da fé não se opera no seio duma realidade comunitária estática. A identidade colectiva onde se enquadram as diversas fisionomias da vida crente é evolutiva. Digamos que as dimensões individual e colectiva da fé são ambas móveis. Isto vem acentuar a necessidade da abertura à singularidade de cada crente. Mas reforça também o cuidado a ter na verificação do que ele vive. Uma Igreja que se sabe em mudança tenderá a ser mais humilde no discernimento dos comportamentos individuais da fé. Mas quererá evitar igualmente que as distorções desta perturbem a evolução da comunidade crente no seu conjunto. A Igreja tem consciência de nascer e crescer sempre que uma nova pessoa acede à fé cristã. Considera cada entrada na vida crente como um momento de 'eclesiogénese'. A Igreja sente que ela própria está em causa na forma como cada um vive a fé. Deve estar, então, atenta às ocasiões do seu constante nascimento e crescimento. Estamos a falar duma

<sup>15</sup> Jean-Marie Donégani, «Une désignation sociologique du présent comme chance», in Henri-Jérôme Gagey, Denis Villepelet (dir.), *Sur la proposition de la foi*, Paris, Les Éditions de l'Atelier / Les Éditions Ouvrières, 1999, p. 44.

tarefa que não compete apenas à hierarquia da Igreja. O conjunto da comunidade eclesial é quem vive e exprime a fé. Toda ela, enquanto crente e falante, deve examinar as fisionomias da fé que vão surgindo no seu seio<sup>16</sup>. O sujeito da verificação eclesial, assim concebido, parece mais apto a respeitar o que possa surpreender na singularidade crente. Ele terá a ocasião de averiguar se e em que medida se revê numa dada vivência e expressão individual da fé. É um processo que implica proximidade e tempo: duas condições que se fundem na ideia de acompanhamento. Convém ter a noção do que é viver a fé cristã numa realidade histórica concreta. Para tal, não é possível contar com a comunidade eclesial no seu conjunto. Esta não consegue estar presente em todos os momentos, lugares e situações da existência crente. Mas podemos pensar nas comunidades eclesiais de dimensão local. Não se trata necessariamente das que correspondem ao espaço paroquial. Existe, aliás, em algumas destas, défice de sentido comum. A verificação das fisionomias da vida crente pode ser feita pelas inúmeras equipas de formadores na fé. Refiram-se as que são responsáveis da catequese dos diferentes escalões etários. Mencionem-se também as que acompanham os que chegam à fé pela primeira vez ou regressam a ela após um período de afastamento. Não se esqueçam ainda as que se dedicam a outras actividades pastorais. É importante que a aferição da verdade das vivências da fé, exercida pelas comunidades eclesiais *in loco*, seja um trabalho marcadamente experiencial. Reconhece-se a vida de cada um através daquilo que se vive colectivamente. De igual modo, a forma como este ou aquele se exprime é avaliada à luz da linguagem habitual da comunidade crente.

Fica claro que a definição dos contornos da fé da Igreja passa por cada crente. É este quem a diz para o mundo de hoje. A Igreja tem consciência de que o seu rosto se tece na multiplicidade das vivências e expressões individuais da fé. Sabe que não existe sem estas. Mas lembra também o dever de cada um para com ela. O crente é, de facto, chamado a justificar a sua fé perante a comunidade eclesial. Tem de lhe mostrar a verdade daquilo que vive. Não se pede à fé individual que seja mera reprodução do que a Igreja proclama. Nem convém que tal aconteça. Exige-se apenas que dê provas de congruência com a verdade testemunhada pela Igreja. Além disso, cada crente deve participar na construção da verdade eclesial juntamente com os outros. Tal consegue-se pela partilha dos testemunhos. Cada um terá a pos-

<sup>16</sup> *Ibidem*, pp. 44-45.

sibilidade de dirigir a palavra aos outros. Há tempo para falar e também para escutar. Não basta que os testemunhos coexistam, argumentando que cada um tem a oportunidade de se exprimir. É preciso que se confrontem mutuamente. A palavra dos outros tanto pode confirmar como corrigir o que cada um afirma. É um processo que não tem de ser necessariamente ostensivo. Os testemunhos dos outros são capazes de ecoar no interior de quem os ouve e provocar uma meditação serena sobre aquilo que se vive. Cruzando, assim, os contributos de cada um, desenha-se a verdade comum veiculada pela Igreja. Espera-se que este discernimento partilhado dos diferentes testemunhos gere o ‘nós’ eclesial. O crente não tem o direito de se fechar na sua própria intimidade. Aquilo que diz viver não é assunto exclusivamente seu. Tal não impede que a Igreja reconheça que a fé aparece hoje fortemente marcada pela estrutura individual. Tem consciência de que é obrigada a passar pelo lastro experiencial de cada um. Mas esta subjectivização da fé não pode confundir-se com a sua privatização<sup>17</sup>. O crente é chamado a exteriorizar aquilo que afirma viver interiormente. Deve expor-se diante dos outros. A sua fé diz respeito à comunidade eclesial, na medida em que ela própria se reclama conforme ao que esta vive.

## Epistemologia do acto de crer

### Entre o ‘objectivo’ e o ‘vivido’

Tem de haver uma correspondência entre a fé da Igreja enquanto tal e as múltiplas vivências individuais da mesma. Se estas não são simples reproduções daquela, também não a podem contradizer. É sabido que não se concebe uma objectividade da fé cristã à margem de tais vivências. Esta só pode ganhar corpo através dos crentes concretos. Mas também não se admite uma vivência da fé inteiramente entregue à sensibilidade individual. A fé cristã não existe sem rosto humano; mas também não se reduz ao subjectivo. É uma realidade objectiva, ao mesmo tempo que pessoal. O crente não pode fazer outra experiência que não seja a do Deus revelado em Jesus Cristo. Nisto reside a objectividade da fé cristã. Mas esse Deus só se dá a conhecer por dentro duma experiência que se vive. A subjectividade torna-se,

<sup>17</sup> *Ibidem*, pp. 55-58.

assim, lugar necessário da tal objectividade. A revelação de Deus acontece no meio duma busca pessoal. Não quer dizer que não possa ocorrer num percurso vivido de forma mais ou menos adormecida. Mas mesmo aqui surgirá algo que subverte as preocupações habituais. Deus revela-se por dentro duma existência concreta. A sua descoberta assume a espessura que esta apresenta. Dá-se o encontro entre Deus que fala e o ser humano em atitude de escuta ou, pelo menos, capaz de tal. Convém não esquecer que o facto de Deus se manifestar não chega para que ele se revele. É preciso que alguém capte esse aparecimento de Deus. Na revelação conjugam-se dois actos: dar-se a conhecer e ser efectivamente conhecido. O primeiro é do lado de Deus; o segundo é da parte do ser humano. Este não retira o carácter soberano àquele. No entanto, é ele que lhe dá seguimento. Entre o despertar para a presença de Deus que espera ser descoberto (revelação) e aceitá-la verdadeiramente (fé) vai um passo difícil de medir. Pode nem haver distância nenhuma. O movimento interior da pessoa conta com o amor de Deus, que se mantém misterioso. No fim de contas, podemos dizer que a iniciativa da revelação e a resposta da fé não constituem dois momentos distintos. São os lados divino e humano dum único acontecimento<sup>18</sup>.

Se o crer é a experiência de Deus que se comunica, não se pode separar nele acto e conteúdo. A expressão ‘fazer a experiência de’ sugere precisamente a ligação íntima entre estas duas dimensões. Significa que há ‘actividade’ a respeito de ‘qualquer coisa’. Costumamos distinguir entre fé-conteúdo (*fides quae*) e fé-acto (*fides qua*) por comodidade didáctica. Mas a vida crente não existe sob a forma de uma só destas dimensões. É preciso, então, pensar a articulação entre ambas, de modo a que a natureza da fé cristã não fique deturpada. Se esta fosse uma realidade objectiva impessoal, a averiguação da sua verdade seria praticamente imediata. O acto de crer teria apenas de se conformar a um padrão exterior, estático e claramente estabelecido *a priori*. Seria deduzido a partir do ‘dado’ cristão objectivo. Esta é a tentação de quem exige que tudo seja absolutamente claro na vivência da fé. Porque não se admitem ambiguidades, convive-se mal com as múltiplas fisionomias da singularidade crente. É o perigo do formalismo e do moralismo em matéria de fé. Por outro lado, se esta fosse uma realidade apenas subjectiva, a averiguação da sua verdade seria impossível. Não haveria qualquer crité-

<sup>18</sup> Bernard Sesboüé, *Pensar e viver a fé no terceiro milénio. Convite aos homens e mulheres do nosso tempo*, trad. Manuel Luis de Sousa Pinheiro, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2001, p. 195.



rio exterior que servisse de contraponto à vivência individual da fé. O crente construiria a sua própria verdade e considerar-se-ia como único juiz a seu respeito. Parece ser a tentação de quem não vê qualquer necessidade de clarificar a vivência da fé. Dando importância sobretudo às conveniências individuais, considera-se o exame daquilo que se vive como uma intromissão abusiva na esfera de cada um. Reside aqui o perigo do iluminismo e também do esoterismo em matéria de fé<sup>19</sup>. Percebe-se, assim, que a aliança entre a *fides quae* e a *fides qua* é crucial para ambas. A primeira sem a segunda ficaria morta. Seria privada da carne da existência que lhe dá um rosto concreto e, portanto, real. A segunda sem a primeira ficaria cega. Andaria à deriva, por não saber ao certo em nome de que deve viver<sup>20</sup>.

Existe uma relação estrutural entre o ‘dado’ cristão objectivo e a sua apropriação individual. Aquele só perdura por dentro desta. Para compreender o crer, não se pode fazer abstracção da morfologia que ele assume nas suas múltiplas realizações concretas. Não se chega ao ‘vivido’ cristão por dedução a partir de algo que o antecede. Ele não é simplesmente o lugar onde acontece o ‘dado’ objectivo da fé. Por outro lado, não se pode ignorar este ‘dado’ como instância de confronto das diversas apropriações da mesma. Não é legítimo pensar que o ‘vivido’ cristão fornece o critério último para estabelecer a verdade da fé. O crer cristão não se extrai por indução a partir das suas realizações concretas. O momento apropriativo não pode esquecer a preocupação da ortodoxia. É preciso confrontá-lo com aquilo que deve ser o seu quadro de referência. A identidade cristã não pode andar ao sabor dos inquéritos sobre o que pensam os crentes. Não assenta na vontade da maioria; não resulta duma ‘opinião pública’ que se venha a formar no espaço eclesial. Vê-se, assim, a necessidade de conjugar dois princípios: o ‘dado’ cristão impõe-se ao ‘vivido’ na sua objectividade, ao mesmo tempo que só existe nas múltiplas formas que este assume. Nem a dedução, nem a indução se coadunam com isto. Supõem ambas que o ‘objectivo’ cristão e o seu ‘vivido’ são exteriores um ao outro. Surge, então, a ideia de discernimento. Só este permite resolver a tensão incontornável entre a *fides quae* e a *fides qua*. Revela-se apto a estabelecer a correlação entre o ‘dado’ cristão e a sua apropriação, consciente de que são indissociáveis na prática<sup>21</sup>. O dis-

<sup>19</sup> Giovanni Moioli, «Teología espiritual», *Diccionario teológico interdisciplinar*, t. I-II, Salamanca, Ediciones Sígueme, 1985, p. 53.

<sup>20</sup> Waldenfels, *op. cit.*, p. 666.

<sup>21</sup> Moioli, *op. cit.*, pp. 53-54.

cernimento é um exercício de autenticação duma singularidade crente. Procura averiguar em que medida este ou aquele ‘vivido’ é lugar do mistério cristão. Esforça-se por verificar se a experiência que aí se faz é efectivamente a do Deus revelado em Jesus Cristo.

Não se pode negar que o discernimento se afigura mais difícil que a dedução e a indução. Estas operam de forma mais objectivável. Na primeira, basta verificar a realização do universal no particular. Na segunda, extrai-se o universal a partir do que se repete nos casos particulares. Ora, o discernimento esforça-se por perceber o ‘objectivo’ cristão no seio do próprio ‘vivido’. É um processo que admite a existência da obscuridade no crer concreto. Mas na sua dificuldade, está também a sua beleza. Trata-se de descobrir em que medida os caminhos habitualmente conturbados dos que se dizem crentes são verdadeira experiência do encontro com Deus. Quer-se decifrar a presença daquele que se revelou em Jesus Cristo, mas de que não se possui uma percepção inequívoca. Não se tem dúvidas de quem se busca, ao mesmo tempo que se está consciente de nunca o poder ver directamente, tal como aconteceu com quantos nos precederam na fé<sup>22</sup>. A necessidade do discernimento impõe-se precisamente pelos aspectos de ambiguidade que existem nas múltiplas vivências da fé cristã. A consciência de que nestas nem tudo é claro não deve provocar crise de escrúpulos. Mas a percepção de que tais aspectos são inevitáveis também não justifica o desleixo. A este propósito, podemos recorrer à pedagogia de Jesus na parábola do trigo e do joio<sup>23</sup>. Não devemos arrancar precipitadamente as ervas disfarçadas. Também não temos dúvidas de que queremos o crescimento do verdadeiro cereal. Necessitamos de aprender a viver com o joio, precisamente para não destruir o trigo por engano. Não se pactua com aquele, mas espera-se pacientemente que a ambiguidade dê lugar a alguma clarificação. ‘Esperar’ significa, aqui, actividade. Deve-se pedir a luz do Espírito para diferenciar aquilo que resulta do seu movimento criador daquilo que é contrário a ele. O discernimento é uma escola prática. Quanto mais nos habituarmos a exercê-lo, tanto mais afinado será o olhar interior para distinguir o que é conforme a Deus no meio do que vivem os crentes. Vamos percebendo o carácter imensamente multiforme da autêntica experiência de Deus. Temos certamente ocasião de esboçar padrões das suas fisionomias concretas, a

<sup>22</sup> *João* 1, 18.

<sup>23</sup> *Mat* 13, 24-30.

partir das semelhanças e diferenças que estas apresentam. Ficamos menos surpreendidos por nos depararmos com configurações da fé de que não estávamos à espera. Ou, então, admiramo-nos pela extrema criatividade que Deus mostra ao suscitar novas formas de singularidade crente.

### Atenção aos parâmetros

O discernimento das vivências individuais da fé cristã deve ser conduzido segundo certos critérios. A sua prática envolve um objecto e um agente. Enquanto o primeiro é marcado pela ambiguidade, o segundo, mesmo sendo colectivo, pode ter dificuldade em ver com clareza. O agente do discernimento não é uma entidade tão distante do objecto que não padeça também da ambiguidade que neste se verifica. Os membros da comunidade eclesial *in loco* vivem a fé tal como os que estão a aceder a ela. Mesmo uma vida crente de história já longa pode mostrar lacunas e debater-se com dúvidas. É provável que o agente do discernimento não seja duma lucidez a toda a prova. Sabemos que muitos dos que chegam à fé são capazes de confundir a verdadeira abertura a Deus com a simples busca de si próprios. Vêm bastante afectados pela atmosfera cultural da afirmação intensa da individualidade, que os faz cair nesse engano. Mas os que são crentes há mais tempo estão também, de certo modo, influenciados por essa atmosfera. Por mais distância crítica que tenham cultivado face a ela, seria arriscado concluir que são absolutamente imunes ao seu impacto. É natural que os membros da comunidade eclesial tenham desenvolvido o olhar da fé, com a prática do discernimento sobre si próprios e os outros. Mas isso não significa que se movam já inteiramente no reino da luz. A verificação da verdade das novas vivências da fé faz-se, em boa medida, tacteando. Não se pode pensar que discernir é olhar simplesmente da luz para a obscuridade. Parece razoável afirmar que essa verificação se dirige dum terreno mais clarificado para outro menos esclarecido.

O discernimento das fisionomias da singularidade crente nunca pode esquecer as duas fontes que sustentam a compreensão da fé cristã. A primeira é a Sagrada Escritura, ao apresentar-nos a figura de Jesus Cristo e, desta forma, dar-nos a conhecer o próprio Deus. A segunda é a Igreja, enquanto comunidade que interpreta a narração bíblica e a faz chegar, através dos tempos, até nós. O discernimento da fé assenta, assim, numa dupla normatividade: escriturária e eclesial. Mas convém ter presente que as duas

fontes da compreensão do crer não são estáticas. É preciso contar com o factor histórico. A Igreja evolui de acordo com as condições de tempo e lugar. Também a interpretação da Escritura depende da situação em que é feita. Vemos, então, que as referidas fontes não representam um estorvo à diversidade das apropriações da fé cristã. Funcionam como canais de orientação das múltiplas descobertas de Deus, que nunca deixarão de ser humanamente situadas. Esboça-se, aqui, um novo critério do discernimento da fé, a adicionar aos dois já mencionados. É a experiência crente, que se inscreve num percurso individual concreto e num contexto histórico determinado. Note-se que este critério não é do género dos anteriores. A Sagrada Escritura e a comunidade da Igreja valem como normas do crer cristão, ao passo que a experiência concreta constitui a sua mediação necessária. Aque-las oferecem uma orientação a esta, que só pode existir sob a forma suscitada pelo lugar humano em que surge. A experiência crente, por sua vez, obriga as normas a lidar com a diversidade da descoberta do Deus revelado em Jesus Cristo. No discernimento das vivências da fé, cruzam-se dois movimentos de sentido inverso: a multiplicidade que vem da experiência e a homogeneidade que vem das normas. O seu exercício implica o pleno respeito de ambos<sup>24</sup>.

Temos de pensar a normatividade do crer cristão numa perspectiva dinâmica. É extraída da Escritura e produzida no seio da Igreja. Mas isto não ocorre independentemente das experiências da fé tal como se apresentam. Estas são sempre o ponto de partida para o discernimento. Neste sentido, pode compreender-se a normatividade do crer cristão segundo dois eixos: o cristológico e o pneumatológico. A figura de Cristo determina o conteúdo da experiência crente. Não define os seus contornos exactos, mas estabelece a sua essência. Essa figura é decisiva para marcar a diferença entre o que pertence ao universo da fé cristã e o que lhe é estranho. Por mais variadas que sejam as vivências da fé, tem de haver algo que as fraternize entre si. Devem ser capazes de se reconhecerem mutuamente em função daquilo que as une. O critério cristológico impõe, assim, a mesmidade na diferença. Em contrapartida, o Espírito está na base duma dinâmica complementar. Dá uma forma à experiência crente, de acordo com o percurso humano e o contexto histórico em que esta se situa. A configuração do crer não se alcança sem o

<sup>24</sup> Pedro Rubens, *Discerner la foi dans des contextes religieux ambigus. Enjeux d'une théologie du croire*, Paris, Les Éditions du Cerf, 2004, p. 384.

contributo do Espírito, na medida em que este trabalha nas inúmeras trajectórias individuais de conformidade com Cristo. O Espírito suscita na vida crente a diversidade das fisionomias, o avanço dos percursos, a beleza dos novos passos. É responsável por aquilo que as vivências autênticas da fé têm de surpreendente. O facto de serem todas conformes a Cristo não impede a extensão da disparidade entre elas. O próprio Cristo deseja encarnar nas mais variadas situações onde o ser humano se defronta com a existência. Cabe ao critério pneumatológico permitir que se cumpra esta diferença na mesmidade<sup>25</sup>.

Vemos, pois, que a verdade do crer cristão não é algo só a receber; também se elabora. O discernimento das suas múltiplas configurações está longe de ser simples repetição do passado; é momento de produção do sentido. A vivência da fé nunca se pode desvincular da Escritura e da Tradição. Mas refere-se a estas numa atitude de reinterpretação. O discernimento do crer é ocasião de criatividade, na medida em que nele se elabora um discurso sobre o próprio crer. Convém que o dizer da fé se desenvolva a par da pluralização da experiência da mesma. O discernimento significa produção de palavra que acompanha o andamento da vida. Desta forma, nunca está concluído. Deve dirigir-se, com coragem, às novas fronteiras da existência crente que não cessam de se apresentar à consciência eclesial<sup>26</sup>.

O acesso à fé cristã é resultado do encontro entre uma busca individual de identidade e uma palavra estruturante cuja origem lhe é exterior. Na base do crer cristão está sempre a iniciativa de Deus que se comunica. Ele dá-se a encontrar no meio daquilo que integra habitualmente um percurso de vida. A sua descoberta leva a que este passe a contar com nova realidade. O horizonte da existência alarga-se, a vida ganha outro sentido, aquilo com que se lida pode ser visto de modo diferente. Ora, o facto de o encontro de Deus se dar por dentro duma busca humana torna inevitável que o crer se debata com o problema da ambiguidade. O ser humano deve permitir que seja Deus a tomar a iniciativa. Mas nem sempre é claro que tal aconteça. A vontade humana facilmente se coloca à frente do próprio Deus. Torna-se, muitas vezes, difícil distinguir entre o que é abertura a ele e o que não passa de

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 387.

<sup>26</sup> *Ibidem*, pp. 397, 507.

busca de si mesmo. Esta possibilidade de confusão é maior, quando o crer tem lugar no seio da atmosfera cultural da afirmação intensa da individualidade, difundida nas nossas sociedades modernas. Encoraja-se aí a busca individual muito na linha da auto-satisfação. Quando assim é, o desejo humano mostra-se particularmente inclinado a antecipar-se à palavra que Deus pronuncia. Discernir o crer torna-se, então, tarefa de especial cuidado.

É evidente que a maior dificuldade no exame das formas concretas do crer cristão não está em detectar os aspectos que o contradizem abertamente. O discernimento é delicado sobretudo quando há aparência de crer que efectivamente não o é. Refira-se a nebulosa de fenómenos que se afirmam próximos do religioso e atraem muitos dos nossos contemporâneos. A vivência da fé cristã facilmente se contamina de práticas que parecem conformes a ela, mas acabam por corroê-la. Tal conjuntura não deve paralisar a vontade de destrinçar aquilo que pertence à fé daquilo que lhe é estranho. Pode-se encará-la até como um desafio que obriga esta a ganhar nova consciência de si própria. Já não é o primeiro, nem será o último. De facto, a história da Igreja apresenta situações em que a fé esteve em causa e se viu obrigada a aperfeiçoar-se. Recordemos as heresias dos primeiros séculos, que conduziram a uma elaboração conceptual sustentadora da fé. A ambiguidade dos nossos dias pode ter idêntico resultado. Não faz sentido falar hoje do crer cristão, sem as lições dos seus mais prováveis enganos. O discernimento contínuo das configurações da fé gera discurso a respeito desta. Estuda as suas dificuldades e apura a sua gramática. A possibilidade de perversão há-de pairar sempre sobre o crer cristão. Mas a verificação atuante da sua verdade, por parte das comunidades eclesiais *in loco*, acaba por o robustecer.